

---

**REPERCUSSÃO GERAL****JÚLIO CÉSAR BALLERINI SILVA****ANTONIO CARLOS CAVALHEIRO DA SILVA JÚNIOR<sup>1</sup>****RESUMO**

Há repercussão geral do recurso extraordinário, quando a matéria deste e, portanto, a sua decisão afetar um número indeterminado de pessoas e não apenas as partes da ação judicial. Três são os pontos de maior relevância, nas normas que regulam esse instituto processual estabelecido pela Constituição: o juízo de admissibilidade do recurso, o quórum de dois terços que é necessário para se decretar a inexistência da repercussão e a aplicabilidade do artigo 557 do Código de Processo Civil à matéria.

**Abstract:**

There is public interest on a judicial appeal, when it can affect an undetermined number of people. The issue of public interest involves three main points of major importance, the previous judgement on the admission of the appeal, the quorum of two thirds, which is necessary for the Supreme Court to utter it, and the aplicability of article 557 of Brazilian Civil Procedure Codex to the subject.

**Palavras-chave:** repercussão geral, recurso extraordinário, juízo de admissibilidade.

---

A historicidade do direito é a manifestação do fluxo e do refluxo das ordens jurídicas com relação axial à própria idéia de justiça. Todavia, exsurgem conceitos de proporcionalidade e de igualdade vivenciada no contexto de uma democracia deliberativa, criada por manifestações de uma cultura crescentemente pluralista.

Com a globalização, o país passou a viver uma nova situação social, econômica e política, necessitando de novos conceitos e de uma justiça mais célere. Foi e ainda é preciso romper preconceitos para se atingir uma ordem jurídica justa.

Posta a premissa, vimos que o ordenamento jurídico brasileiro está em profunda transformação o que podemos constatar desde a revogação do Código Civil de 1.916 pelo

---

<sup>1</sup> Júlio César Ballerini Silva é Professor do Curso de Direito da Unipinhal, Mestre em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas e magistrado do Tribunal de Justiça de São Paulo. Antônio Carlos Cavalheiro da Silva Júnior é acadêmico do Curso de Direito da Unipinhal.

Novo Código Civil de 2.002, em que há o rompimento da sistemática Bevilacquaiana em busca de resolver problemas de situações concretas e não mais dos juristas, a necessidade do direito civil atender os interesses da sociedade e não mais do indivíduo e a preocupação do legislador em trazer valores éticos. Estes são os princípios, respectivamente, da operabilidade, da socialidade e da eticidade, atualmente informadores do direito civil.

O Código de Processo Civil segue as mudanças no intuito não só de adequá-la as necessidades da sociedade, mas de buscar a efetividade que nada mais é que a consecução do objetivo essencial do processo capaz de prover às partes a tutela jurisdicional adequada, ou em suma, um juízo axiológico e de atendimento a finalidade para a pacificação social.

Várias foram as “ondas” de evolução do direito processual civil e, podemos citar como a primeira “onda” a justiça gratuita, como segunda, terceira e quarta, o advento dos interesses difusos e coletivos e individuais homogêneos (Eca, ACP, EI etc), da efetividade processual (reformas 1.994/1.997) e por fim da efetividade dos direitos sociais.

Dessa forma, o processo evolui da relação processual para um ente muito mais ágil, fenômeno este que o Professor Élio Fazzallari denomina de “módulo processual”.

O “módulo processual” transcende a idéia de instrumentalidade do processo remetendo ao movimento neoimamentista. Todavia, essa evolução passa pelo processo imanentista em que o processo civil era um anexo do direito material, pela célebre polêmica travada entre os romanistas Windscheid e Muther em que se determinou haver uma relação processual contra o Estado e outra em face do demandado; e chega no neoimamentismo em que ainda se reconhece a diferença entre relação jurídica material e processual, mas que tem por característica básica uma hipérbole das garantias constitucionais contraposta à perda de relevo das relações formais. Ganham, assim, relevo as garantias constitucionais “procedural due process of law” passando pelo grifo do “pas de nullité sans grief”.

Deveras, estamos em transição. A hermenêutica releva que estamos deixando de ser “civil law” para sermos “common law”, porém nossa Constituição Federal é do tipo analítica e não amparava expressamente essa sistematização das normas inferiores. Assim sendo, toda hermenêutica oscila entre segurança e justiça e, nos deparamos com o termo grego *zetein*, ou zetética que significa perquirir, e o termo, da mesma origem, *dokein*, ou dogma que significa doutrinar.

Toda essa nova sistematização do direito substantivo e do direito adjetivo, por serem normas inferiores, carecia de amparo na norma superior para respeitar uma relação de compatibilidade desta com aquelas.

Em 08 de dezembro de 2.004, com a Emenda Constitucional n.45, propalada como “Reforma do Judiciário” por alguns e, como “Controle Externo do Judiciário” por outros, foi introduzido o inciso LXXVIII no artigo 5º da Constituição Federal, de modo que esta passou a dar azo a toda sistemática perquirida pelo direito civil e processual civil, uma vez que a Carta Magna nada mais é do que um conjunto de regras jurídicas revestidas de uma característica ímpar de suprallegalidade e que tem o nível máximo de eficácia no mundo jurídico e, por isso na norma superior.

O acréscimo ocorreu no Capítulo I “Dos Direitos e Deveres Individuais”, no Título “Dos Direitos e Garantias Fundamentais” e reza:

**Art.5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:**

**I – (...);**

**LXXVIII. A todos no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.**

**§(s)(...).**

A Emenda Constitucional n.45/04 não só constitucionaliza a necessidade de uma justiça célere, mas também demonstra a possibilidade de se responsabilizar o respectivo ente causador da demora na prestação, seja ele jurisdicional, seja administrativo.

Prevê, ainda, que o Estado se sujeita ao Tribunal Penal Internacional propiciando acalorados debates quanto ao conceito de soberania, que acaba por ser relativizado diante do Estado Constitucional Cooperativo.

Cabe agora, sem mais delongas, analisarmos a Repercussão Geral, muito embora sem a pretensão de esgotar o tema.

O escopo da repercussão geral é a rápida solução dos litígios e o desentupimento da via judiciária. A diminuição do acesso aos Tribunais Superiores pela via recursal é uma tendência que se percebe em todo mundo e o abarrotamento das pautas de julgamento dessas cortes impões, cada vez mais, a criação de requisitos que dificultem o conhecimento de recursos, com o fim último de racionalizar a atividade jurisdicional.

Corroborar essa necessidade as características analítica, detalhista e longa da Constituição Federal de 1.988, que em muitas de suas partes veicula matérias condizentes com a legislação ordinária.

A repercussão geral está contida na Constituição Federal, mais especificamente no artigo 102, inciso III, §3º, que pedimos *venia* para reproduzir:

**Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:**

**I (...);**

**II (...);**

**III julgar mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:**

- a) contrariar dispositivo desta Constituição;**
- b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;**
- c) julgar válida lei ou o ato do governo local contestado em face desta Constituição;**
- d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal.**

**§(...);**

**§ 3.º No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissibilidade do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.**

A repercussão geral foi introduzida no ordenamento jurídico pela Emenda Constitucional n.45/04 e foi regulamentada pela Lei n.11.418, de 19 de dezembro de 2.006. Foi então que se acrescentou ao Código de Processo Civil as letras “A” e “B” no artigo 543, que reproduzimos:

**Art. 543-A. O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso extraordinário, quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral, nos termos deste artigo.**

**§ 1.º Para efeito da repercussão geral, será considerada a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa.**

**§ 2.º O recorrente deverá demonstrar, em preliminar do recurso, para apreciação exclusiva do Supremo Tribunal Federal, a existência da repercussão geral.**

**§ 3.º Haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar decisão contrária a súmula ou jurisprudência dominante do Tribunal.**

**§ 4.º Se a Turma decidir pela existência da repercussão geral por, no mínimo, 4 (quatro) votos, ficará dispensada a remessa do recurso ao Plenário.**

**§ 5.º Negada a existência da repercussão geral, a decisão valerá para todos os recursos sobre matéria idêntica, que serão indeferidos liminarmente, salvo revisão da tese, tudo nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.**

**§ 6.º O Relator poderá admitir, na análise da repercussão geral, a manifestação de terceiros, subscrita por procurador habilitado, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.**

**§ 7.º A Súmula da decisão sobre a repercussão geral constará de ata, que será publicada no Diário Oficial e valerá como acórdão.**

**Art. 543-B. Quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica controvérsia, a análise da repercussão geral será processada nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, observado o disposto neste artigo.**

**§ 1.º Caberá ao Tribunal de origem selecionar um ou mais recursos representativos da controvérsia e encaminhá-los ao Supremo Tribunal Federal, sobrestando os demais até o pronunciamento definitivo da Corte.**

**§ 2.º Negada a existência de repercussão geral, os recursos sobrestados considerar-se-ão automaticamente não admitidos.**

**§ 3.º Julgado o mérito do recurso extraordinário, os recursos sobrestados serão apreciados pelos Tribunais, Turmas de Uniformização ou Turmas Recursais, que poderão declará-los prejudicados ou retratar-se.**

**§ 4.º Mantida a decisão e admitido o recurso, poderá o Supremo Tribunal Federal, nos termos do Regimento Interno, cassar ou reformar, liminarmente, o acórdão contrário à orientação firmada.**

**§ 5.º O Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal disporá sobre as atribuições dos Ministros, das Turmas e de outros órgãos, na análise da repercussão geral.**

Trata-se de um novo requisito de admissibilidade do recurso extraordinário no controle difuso de constitucionalidade. Desse modo, recursos que a despeito de discutirem questões constitucionais se mostrarem irrelevantes, não serão nem ao menos conhecidos.

A lei regulamentadora apenas revela que a repercussão geral da questão jurisdicional caracteriza-se pela existência de “relevância econômica, política, social ou jurídica, que

ultrapassem os limites objetivos da causa, porém perdeu uma valiosa oportunidade de conceituar o instituto, trazendo conceitos jurídicos indeterminados ao texto, fato criticado por alguns e elogiados por outros.

O legislador deixou evidente que o recurso extraordinário deve possuir importância geral para ser julgado. Uma causa é provida de repercussão geral quando há interesse geral para o seu desfecho, ou seja, interesse público e não somente dos envolvidos naquele litígio. No momento em que o julgamento daquele recurso deixa de afetar apenas as partes do processo, mas também uma gama de pessoas fora dele, despertando interesse público, tem aquela causa repercussão geral.

São três os aspectos de maior relevância a serem discutidos. O primeiro diz respeito ao juízo de admissibilidade e, logo de início, a dúvida que surge é a possibilidade de o Tribunal local exercer o juízo de admissibilidade do recurso extraordinário. No entanto, essa dúvida não pode subsistir, uma vez que a primeira leitura do artigo 102, § 3º da CF conduz à conclusão de que o juízo de admissibilidade compete privativamente ao STF, e a própria Carta Magna nada diz a respeito do órgão *a quo* poder negar a subida do recurso extraordinário. Portanto, ao que parece, isso não poderá ocorrer. É bom que se diga que nem mesmo o Relator do STF poderá fazê-lo.

Essa conclusão pode ser auferida do próprio dispositivo que diz que a apreciação da existência de repercussão geral deve ser feita por órgão colegiado e por se tratar de competência originária do Supremo Tribunal Federal.

Entretanto, é bom que se diga que como todo recurso interposto pelo órgão prolator da decisão recorrida, sabe-se que o primeiro juízo de admissibilidade é dele próprio, se infere que o Tribunal local seria competente para analisar a admissibilidade do recurso, inclusive quanto a repercussão geral, uma vez que o artigo 542, § 1º do CPC não sofreu alteração. Ademais, o que se pretende com a repercussão geral é justamente o descongestionamento do STF. Assim, curvo-me aos que entendem possível o juízo de admissibilidade do Tribunal local. Cabe ainda lembrar que, contra esse juízo de admissibilidade, cabe agravo de instrumento, que garantirá que a causa seja apreciada pelo STF.

O segundo ponto importante diz respeito ao quorum de dois terços dos Ministros para se definir a repercussão geral como requisito de admissibilidade no recurso extraordinário. É incongruente que oito dos onze Ministros que compõem o STF tenham de se reunir em sessão plenária, para declarar a existência ou não de repercussão geral. Trata-se de verdadeiro contra-senso, que vai de encontro à celeridade jurisdicional, haja vista a necessidade de sessão plenária para a análise da admissibilidade do recurso extraordinário.

Somente após a verificação da admissibilidade, teríamos o julgamento do mérito do recurso pela Turma.

A solução encontrada pelo Professor Sérgio Bermudes é que se entenda por Tribunal não o pleno da Corte, mas o órgão competente para o recurso. Concordamos com essa posição, pois é fácil perceber que a real intenção do legislador era conceder às Turmas a competência para definir a admissibilidade ou não do recurso extraordinário. Portanto, não seria lógico conceder ao plenário a análise da admissibilidade do recurso e a Turma o mérito.

Essa conclusão se concretiza, com a análise do regimento interno do STF, que diz que compete às Turmas julgar o recurso extraordinário, e também pelos próprios artigos 102 e 103 da CF.

O terceiro ponto diz respeito à incidência do artigo 557 do CPC nos recursos extraordinários. Não há de se fazer qualquer restrição à aplicação deste dispositivo ao recurso extraordinário. A lei processual é cristalina ao afirmar que o relator poderá negar seguimento ao recurso.

O professor Osmar Mendes Paixão Cortes, em recente estudo sobre o tema, demonstrou que o relator poderia, nos termos do artigo 557 do CPC, julgar o recurso para reconhecer a repercussão geral, mas não para negá-la, devido à previsão legal de dois terços do Tribunal para fazê-la.

Luiz Manoel Gomes Júnior, contudo, cria uma exceção no sentido de que, quando o STF já tenha, reiteradamente, decidido acerca da não repercussão geral de determinada causa, não há necessidade de o relator submeter idêntica questão ao colegiado.

Rodrigo Barioni posiciona-se no sentido da aplicabilidade do artigo 557 do CPC ao recurso extraordinário, pois é preciso maior celeridade ao julgamento dos recursos.

Concluímos pela proposição do professor Luiz Manoel Gomes Júnior. Mas ressaltamos que, sendo o direito um exercício de bom senso, cabe aplicar os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de forma a não impedir o jurisdicionado de acalentar a sua animosidade e, ao mesmo tempo, impedir a procrastinação de demandas e o emperramento do Judiciário.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALVIM, Arruda, A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário. São Paulo, Revista dos Tribunais.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Comentários ao Código de Processo Civil, Volume V. 9ª edição, Rio de Janeiro, Forense, 2001.

BERMUDES, Sérgio. A Reforma do Judiciário pela Emenda Constitucional Nº 45. Rio de Janeiro, Forense, 2005.

GOMES JUNIOR, Luiz Manoel. A Arguição de Relevância. A Repercussão Geral das Questões Constitucional e Federal. Rio de Janeiro, Forense, 2001.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim e outros. Reforma do Judiciário: Primeiras Reflexões sobre a Emenda Constitucional N. 45/2004. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2005.